

Universidade de São Paulo
Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

XI Seminário Discente DCP/USP
Mesa: “Conflitos, Democracia e Política Étnica”

Data: 21/09 (Terça), das 9h às 11h.
Coordenador: Rafael Duarte Villa (DCP/USP)
Debatedora: Mariana A. Faiad (UFSCar)

Posicionalidade como conceito para a compreensão da Questão Curda

*Flávia X. M. Paniz*¹
(Ela/Dela - PPG-Sociologia UNICAMP)

Título: *Posicionalidade* como conceito para a compreensão da Questão Curda
Resumo de Trabalho: O debate sobre as articulações e simetrias entre gênero e etnicidade no processo de solução para o conflito conhecido como “Questão Curda” tem como ponto de partida o ativismo desempenhado por mulheres curdas, que reconfigurou a pauta política em torno do projeto de nação, promovendo uma busca pela simetria como sua base constitucional (Driaz, 2011). A partir disso, apresento uma análise dos debates sobre gênero, etnicidade e nação produzidos por intelectuais e ativistas Curdas entre 2000 e 2019. O objetivo é de compreender os fios que tecem as articulações em torno deste projeto de nação e problematizar o modo as categorias como gênero e etnicidade foram mobilizadas como estratégia que produziu um projeto político fundado na interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (1989). Como resultado, argumentamos que o protagonismo das mulheres no debate nacional curdo pode ser compreendido a partir de múltiplas perspectivas: como a formação do exército, o ativismo desempenhado nas associações regionais e nas organizações transnacionais, na atuação institucional por meio dos partidos e produções intelectuais no Oriente Médio e em diáspora. Se coube aos homens intelectuais curdos questionar perspectivas árabe centradas e islamocentradas sobre o conflito ao defender uma ideia de “povo curdo”, coube às mulheres a luta por posicionar a igualdade de gênero como base dessa nação. Assim, a compreensão da própria definição de gênero passa a ser disputada internamente entre as diversas hierarquias produzidas no interior das comunidades curdas, culminando na importância da compreensão do conceito de posicionalidade como fundamental para a compreensão do conflito.

Palavras-chave: Gênero, etnicidade, Questão Curda, posicionalidade

¹ Contato: flaviapaniz@gmail.com (PPG-Sociologia UNICAMP)

Introdução

Em 1978, ao descrever as relações de poder implicadas nas representações do Oriente pelo imaginário da intelectualidade Ocidental, Edward Said estendeu o debate sobre as formas de imperialismo e dos efeitos dos processos de colonização ao mundo intelectual e à construção do conhecimento. O desdobramento deste debate é a própria tarefa deste campo conhecido como Estudos pós-coloniais, que busca compreender as disputas e relações de poder que atravessam as produções das narrativas nacionais e refletir sobre produção de conhecimento, trazendo à tona o debate sobre quem são os sujeitos da teoria social, em qual contexto produzem e sobre o quais temas produzem.

Quarenta e três anos depois, o conceito de *Orientalismo* cunhado por Said ainda se mostra relevante para a compreensão dos sentidos políticos e dos trânsitos teóricos e culturais entre Oriente e Ocidente. Uma possibilidade de seu alargamento teórico ocorre no encontro com os estudos de gênero produzidos por meio de sua aproximação com os feminismos pós-coloniais, como fizeram Meyda Yeğenoğlu (1998), Ania Loomba (1998), Ella Shohat (2001), Leticia Sabsay (2012), Deepika Bahri (2013) e Saba Mahmood (2015), que problematizaram as simetrias das relações de poder entre gênero, etnicidade em contextos marcados por experiências da colonialidade na produção de discursos sobre os corpos no Oriente.

Outras questões foram evidenciadas por meio da conjugação desses dois campos de estudos como a problematização do salvacionismo liberal ocidental como sugere Lila Abu-Lughod, (2001) e Gayatrik Spivak (1988[2010]); o fomento a críticas às noções de secularismo, secularidade, Estado e a presença de elementos do cristianismo nos discursos produzidos por autores ocidentais que escrevem sobre laicidade, como fizeram Talal Asad e Sabah Mahmood (2009); reelaboração das noções de agência e de pessoa no âmbito dos debates sobre práticas religiosas, como é o caso das obras de Sabah Mahmood (2006), Margot Badran (2009), Fatima Mernissi (1998), esta última conhecida por ser uma das principais teóricas do chamado “feminismo islâmico. E por fim, como discursos políticos produzidos por organizações ocidentais transnacionais e por Estados articula ideias de proteção e defesa global de uma noção específica de “direitos das mulheres”, utilizando-a como retórica para ocupação militar ocidental de dezenas de países asiáticos

como pode ser observado nas obras de Veena Das (2011), Chandra Mohanty (2003) e Mahmood Monshipuri (2004).

Os estudos sobre feminismos e guerra apresentados por Riley, Mohanty & Pratt, (2008) apontam precisamente que há uma evidente articulação entre masculinidades e militarismos, simbolicamente representados pela relação entre força e poder ao mesmo tempo em que há uma correlação entre feminilidade e pacifismos como marca de uma eventual oposição diametralmente oposta entre mulheres e Guerra. Desse modo, um discurso sobre liberdades e direitos das mulheres passou a ser utilizado como justificativa para ocupações internacionais, por ONG's e para implementação de políticas raciais discriminatórias, tanto no Ocidente - por meio de políticas internacionais e migratórias restritivas - como no próprio Oriente, como narra Spivak (1998, [2010]) a respeito da *Sati* e a proibição britânica das mulheres de se atirarem nas piras de seus falecidos maridos em rituais de luto hindu.

Enunciados os efeitos dos processos de colonização na estrutura social política de diferentes países do Oriente Médio, coube às teóricas da crítica feminista pós-colonial o papel de revelar seus efeitos na construção da subjetividade coletiva, nas relações de poder e suas negociações de agência e resistência nas fronteiras entre gênero, etnicidade, Estado, secularidades, secularismos, corporalidades e sexualidades.

Os debates produzidos por autoras e autores considerados canônes nos debates sobre gênero e teorias pós-coloniais vinculados aos debates sobre Orientalismo potencializaram reflexões sobre os sentidos das concepções de sujeito, poder e subjetividades no contexto dos debates sobre democracia, conflitos e políticas étnicas, que é o tema dessa mesa. Desse modo, não é possível abordar analiticamente os respectivos debates sem reconhecer que gênero e relações étnico-raciais compõem seu eixo fundamental e estrutural.

Questão Curda

“Estado-Nação”, “povo”, “etnicidade” e “territorialidade” são categorias que possuem trajetórias, historicidades, temporalidades e significados próprios no campo de estudos de Oriente Médio, especialmente em razão da colonização e ocupações militares

Europeia e Britânica no Oriente Médio ao final da primeira guerra mundial, no início do século XX. Os debates historiográficos sobre as narrativas da colonização do Oriente Médio no século XX recuperam a trajetória dessas categorias de forma que se torna possível compreender as dimensões simbólicas e os sentidos políticos daquilo dos conflitos contemporâneos (Doraí, 2014). Isso se torna evidente, por exemplo, no caso da chamada “Questão Curda”.

A assinatura dos Tratados coloniais conhecidos como Sykes-Picot (1916) Sèvres (1920) e Lausanne (1923) oficializou o fim do sultanato e a tomada dos territórios que haviam sido estabelecidos durante os quatro séculos de Império Turco-Otomano e Império Persa (1514-1923). A porção territorial onde viviam os curdos foi redividida em quatro partes: entre França, Inglaterra, um enclave de menos de 5% para a extinta União Soviética, e uma quarta porção, pertencente ao Império. Assim, a colonização ocidental ocorrida no século XX tornou-se um dos pontos de partida para a compreensão das estruturas e seu respectivo impacto nas percepções sobre fronteiras e territorialidades dos povos da região da antiga Mesopotâmia, dentre eles, os povos Curdos Persa (Fromkin 1989; Meho,1997; Mojab, 2001:6.).

O *Tratado de Lausanne*, é uma retificação de um tratado anterior, conhecido como *Tratado de Sèvres* (1920), que previa a constituição da república Turca e a independência das colônias respeitando as fronteiras previamente estabelecidas entre as comunidades étnicas do Oriente Médio, incluindo as definições do território autônomo do Curdistão e da Armênia, como constava nos artigos 62 e 64:

Artigo 62: Uma comissão situada em Constantinopla e composta por três membros selecionados pelos Governos Britânicos, da Itália e da França respeitosamente devem elaborar, no período de até seis meses, a partir da entrada em vigor do presente Tratado, um plano de autonomia local para as áreas predominantemente curdas assentadas ao Leste do rio Eufrates, ao sul da porção sudeste da Armênia, como pode ser determinado de agora em diante, Norte da

fronteira da Turquia com a Síria e a Mesopotâmia, (Tradução minha)².

Artigo 64: Se, dentro de um ano, a partir da entrada em vigor do presente Tratado, os povos curdos das áreas definidas no artigo 62 dirigirem-se ao Conselho da Liga das Nações de forma que possam mostrar que a maioria das populações destas regiões desejam a independência da Turquia, e se o Conselho considerar que estas pessoas são capazes de tal independência e recomendar que lhes seja reconhecida, a Turquia, por este Tratado, concorda em executar tal recomendação e em renunciar a todos os direitos e títulos sobre estas terras. (Idem, Tradução minha)

Com a não efetivação deste tratado e a supressão destas duas cláusulas no Tratado que o substituiu, foi indeferido o reconhecimento jurídico internacional da autonomia para os povos curdos, o que dá início a uma nova fase do conflito. Entre os anos 1920 e 1960 no Oriente Médio houve a consolidação dos processos de independência das colônias e formação dos respectivos Estados Nacionais na Turquia (1923), Iraque (Reinado, 1932; República, 1958); República Árabe da Síria (1945); Consolidação do Estado Nacional Autocrático do Irã (1953 e, posteriormente, República Islâmica do Irã, 1979, todos influenciados pela extinta Liga das Nações (1920) (Mojab, 2011).

Em 2021, o território reivindicado pelos curdos se encontra sob a égide dos Estados da Turquia, Irã, Iraque, Síria, uma porção menor de que 5% do território da Armênia, (antigo enclave da União Soviética). Além disso, há um semi-Estado codependente reconhecido como Curdistão-Iraquiano, zonas autoproclamadas autônomas curdas nos distritos de Rojava e áreas tomadas por grupos armados, exércitos livres e/ou outros grupos que almejam a criação de um Estado unificado na região. Assim, o território reivindicado pelos Curdos tornou-se objeto e razão de disputas políticas entre os Estados-Nacionais, grupos étnico-religiosos nativos e organizações internacionais, mobilizando discussões sobre fronteiras, territórios, colonialismos, nacionalismos e soberanias. Às

² O documento completo do Tratado de Sèvres (publicado em inglês) foi encontrado na sessão de documentos históricos do acervo digital do Centro de Pesquisa e Implementação de Estudos Estratégicos da Universidade de BASKENT (BASKENT-SAM), Turquia, e pode ser acessado através do link: http://sam.baskent.edu.tr/belge/Sevres_ENG.pdf (acessado pela última vez em 13 de setembro de 2021).

diversas teias de disputas e de poder que envolvem o questionamento dos curdos sobre seus direitos como povo e como herdeiros daquela terra, Elphinston (1946) chamou de *Questão Curda*.

A expressão “Questão Curda” aparece como título do documento “*The Kurdish Question*” (1946) que foi encontrado na Coleção Elphinston, pertencente ao arquivo do Centro de Oriente Médio do Colégio Saint Anthony da Universidade de Oxford. O documento foi produzido pelo militar coronel W. G. Elphinston, oficial do serviço de inteligência britânica para o Oriente Médio, que atuou na região da Jazira entre 1918 e 1919, foi membro da missão britânica armada no Iraque entre 1925 e 1928, da brigada Quillian, no Cairo, participou da campanha contra Rashid Ali al-Kailani no Iraque e da ocupação britânica na Síria e no Líbano.

O coronel descreve suas impressões sobre os impasses envolvendo o processo de libertação dos curdos. Segundo ele, como o contexto do pós-guerra impôs à ONU a solução imediata de inúmeros problemas e conflitos, seria pouco provável a priorização do caso curdo. No entanto, de acordo com a nova resolução da carta do Atlântico, o coronel observa que assim como qualquer outro povo, os curdos teriam direito à liberdade.

“Até o presente momento um curdo na Turquia, vivendo como curdo, falando seu próprio idioma e seguindo as tradições de seus ancestrais não é inteiramente livre de medo. No Iraque, investigações recentes têm mostrado que, a menos que importantes reformas administrativas sejam levadas adiante nas regiões curdas, é improvável que os curdos desfrutem a liberdade que eles querem. A liberdade a qual os nacionalistas curdos mais desejam é a liberdade de educar seus filhos em seus próprios idiomas e tradições. Isso eles não podem fazer na Turquia; No Iraque faltam instalações adequadas e na Pérsia é ainda mais difícil. Os curdos nacionalistas não são insensatos. Eles simplesmente desejam viver como curdos, falar a língua curda, ler e publicar livros e jornais em seu próprio idioma, e não serem assimilados por árabes, pérsias ou turcos. (Trecho do relato presente no documento produzido pelo Coronel Elphinston, 1946:41, tradução minha).

No referido relato, o coronel descreve precisamente, em milhas, a extensão territorial do Curdistão e suas respectivas fronteiras, referindo-se à região como um país, “*The country of the kurds*”; demonstra conhecimentos técnicos de arqueologia e paleontologia ao descrever as inscrições de sumérios e assírios de 2000A.C na região do Lago Van (Turquia); conhecimento de história oriental antiga ao apresentar os indícios de ocupações caucasianas e, portanto, pré-iranianas de 700 A.C. na Pérsia Antiga; linguísticos, nas referências a fontes de transcrição da presença de curdos do aramaico para o árabe no século XIX; e antropológicos nas referências a relações de parentesco nas organizações familiares dinásticas curdas entre 1137 A.C. 959 D.C..

Elphinston narra também as diversas tentativas de retomada das terras por parte dos curdos e a intensificação dos conflitos na região, e pondera ainda que acordos de paz foram feitos com as lideranças curdas da Síria durante o período da ocupação britânica. O documento ressalta que todas as instâncias destes acordos foram cumpridas pelos próprios curdos, e que agora eles deveriam receber sua contraparte, que seria o apoio para a sua independência. Em seguida, são descritos os desdobramentos dos acordos bilaterais nos quatro cantões que compõem a região do Curdistão na primeira metade do século XX, no qual se destaca o acordo Iraquiano com a Liga das Nações em 1932 para o reconhecimento do idioma Curdo como oficial (tal qual o árabe) nas Regiões de Suleimânia, Erbil, Kirkuk e Mosul.

O coronel ressalta a negligência por parte do Estado Turco em reconhecer a existência dos curdos, transformando-os em Turcos das montanhas e perseguindo-os politicamente. Relata, ainda, a presença de cerca de 20 mil curdos nos subúrbios de Aleppo, e nas regiões das montanhas na fronteira com a Turquia, dividindo-os entre curdos indígenas ou tribais e curdos *emigrés* (emigrados para a cidade), deslocamento concedido como parte do acordo realizado com a França no final dos anos 1920. No norte da Síria, a despeito das relações desfavoráveis entre os árabes da região do Levante, conta que se estabeleceram relações amigáveis e pactos de não-agressão entre curdos, árabes e armênios durante este período, e que membros das comunidades curdas chegaram a ocupar cargos políticos de relevância como, por exemplo, Khaled Baghdash, que se tornou líder do Partido Comunista Sírio.

Na região do Curdistão soviético, por sua vez, compreendida pelo território Armênio, viviam também, segundo ele, cerca de 20 mil curdos. A utilização dos idiomas e as tradições do folclore curdo foram publicamente incentivadas, e houve investimento direto na região, de modo que foram fundadas escolas e universidades curdas, além de jornal semanal curdo. Posteriormente, devido a acordos bilaterais do governo russo com o governo central da Pérsia, em razão do interesse na independência do território armênio, (que se estende do Cáucaso até o vilarejo do Lago Van), o apoio aos curdos foi suprimido. A imprensa curda, concebida como seio da fomentação de ideias independentistas e nacionalistas, foi deslocada para outras regiões, como Genebra e Cairo.

Elphinston termina o relato pontuando que apesar da falta de coesão, de unidade das diferentes comunidades curdas e da recusa em aceitar os “*benefícios da modernidade*” e “*do poder de autoridades externas, por enxergarem como ameaças às estruturas vigentes de suas organizações nativas*” - eles seriam um povo étnico que tem se mostrado “valente”, “resistente”, “leal às suas culturas e tradições”, e “intelectualizado”. E, por isso, segundo ele, não haveria razões para se negar as demandas de sua independência.

A ênfase nas qualidades adjetivas, *povo bom*, *povo forte*, *povo inteligente* e *povo amigável*, são a base de seu argumento sobre o direito à independência. Como se a afabilidade, a intelectualidade e a disposição de relações familiares constituídas à espelho da própria monarquia britânica compusessem um suposto caráter coletivo que consolidasse uma ideia de *povo*, *povo curdo*. O relato do coronel se torna uma fonte de exemplo de como a dimensão da empatia ocidental se torna um recurso utilizado como ponte entre a conquista do direito e seu respectivo acesso. Isso consolida as dimensões simbólicas da regulação do apoio da comunidade internacional ao “povo curdo” e torna o *essencialismo estratégico* como recurso fundamental na reivindicação de seus direitos.

A expressão *Questão Curda* está presente nos debates sobre o tema, textos, artigos científicos, folders, imagens, posters, redes sociais, entrevistas, blogs e cartas públicas que compõem o material produzido por ativistas que defendem a autonomia dos territórios e das pessoas curdas. Ela é mencionada também pelas pessoas que foram entrevistadas durante a realização dessa pesquisa (2016-2019) e em palestras de intelectuais curdos e não-curdos. Mais do que a síntese de um conflito, a expressão se tornou uma espécie de guarda-chuva que abriga as diversas perspectivas que conformam disputas de narrativas e exercícios de imaginação nacional por parte dessa comunidade.

Empatia e posicionalidade: um relato do campo

As correlações simbólicas tradicionais que associam masculinidades e guerra – feminilidades e paz criticadas no início desse texto não são corroboradas pelas pessoas que atuam hoje na resistência e na luta por autonomia dos povos curdos. Na própria ideia de resistência reside o lema principal da luta curda, que é a luta pela *vida* (*Jiyan*) e pelos diferentes modos de existir e habitar o mundo. A noção de *vida plena e justa* é aqui reiterada como defesa da existência em sua multiplicidade e da liberdade produtiva e reprodutiva, que remetem aos dois outros lemas da luta curda em Rojava, “Mulher” (*Jin*) e “Liberdade” (*Azadî*). Ademais, o movimento de luta por autonomia curda em Kobani se tornou mundialmente conhecido por ser composto por um exército de mulheres em 2012, por ter expulsado a organização conhecida como Estado Islâmico em 2014 e ter proclamado autonomia e a igualdade de gênero como base de seu modelo político, o *confederalismo democrático* (Öcalan, 2013), em 2015 (Driaz, 2011).

Apesar da notoriedade da formação de um batalhão militar composto por mulheres (YPJ), a agência das mulheres curdas pode ser compreendida em diversas instâncias, nas existências cotidianas e na produção de seus diferentes modos de vida como parte da luta, que é composta por mulheres do front, pelas mulheres que compõem as organizações de bairros, pelo exercício da maternidade em uma comunidade historicamente marcada por genocídios, por sua sexualidade, e pela produção intelectual de ativistas que residem no Oriente Médio e na reinvenção do cotidiano produzido pelas comunidades diaspóricas.

Documentos, textos, imagens, vídeos, panfletos, livros, zines produzidos entre 1999 e 2019, e que circularam nos movimentos transnacionais de divulgação e apoio aos movimentos de autonomia de Rojava e a literatura produzida no campo conhecido como “Estudos Curdos”, sobretudo as publicações revista acadêmica “*Kurdish Studies*” foram utilizados como fonte para esta pesquisa. As postagens de páginas públicas de divulgação desses materiais e das respectivas organizações que as apoiam foram acompanhadas virtualmente entre 2016 e 2018. O trabalho de campo, composto por entrevistas e acompanhamento presencial das atividades de organização das redes de apoio aos povos curdos, foi realizado entre 2018 e 2019 na cidade de Londres, Reino Unido, sede das organizações *Peace in Kurdistan*, *Kurdish Studies Network*, *London Solidarity Committee* e demais grupos organizados em função da solidariedade ao povo curdo.

No início de outubro de 2018 passei a contatar as pessoas e as organizações para marcar as entrevistas, como foi o caso da *Kurdish Society*. Com o objetivo de garantir que as pessoas pudessem me identificar e se sentirem seguras caso quisessem falar, redigi um e-mail de apresentação profissional padronizado que pudesse passar algum tipo de confiança através da institucionalidade da Universidade de Londres. Desabilitei fotos e informações pessoais das minhas redes sociais e tornei pública a mensagem que informava que eu era doutoranda em sociologia, pesquisadora visitante do SOAS e que estava entrevistando ativistas e intelectuais envolvidas com a causa Curda na cidade de Londres. Escrevi também um e-mail padrão contendo as mesmas informações e procurei não sair para campo sem o crachá de identificação.

Algumas organizações não me respondiam; outras diziam que estavam muito atarefadas com suas atividades e a chegada do final de ano; que estavam com poucos recursos e funcionários para atender a todas as demandas; e outras disseram ainda que já havia antropólogas fazendo pesquisa na instituição. Diante das respostas comecei a achar que poderia haver alguma coisa errada, já que eu havia trocado e-mails com as mesmas organizações quando ainda estava no Brasil e a maioria das respostas haviam sido acolhedoras e receptivas com a pesquisa. E quando eu me apresentava pessoalmente, as pessoas emitiam um mesmo olhar de estranhamento, seguido por um silêncio, não faziam perguntas sobre a finalidade da pesquisa ou sobre a razão do meu interesse no tema, e davam respostas de tipo padrão ou evasivas. Eu achava que poderia ter alguma relação com meu sotaque, então eu repetia para tentar me explicar melhor, de qualquer maneira era um sinal cujo significado eu não conseguia decifrar.

Passei um tempo considerável tentando marcar entrevistas, mas com alguma frequência acontecia um imprevisto e a entrevista era desmarcada ou se tornava uma conversa superficial na qual as perguntas não eram respondidas. Enquanto eu processava o silêncio que havia tomado do meu trabalho de campo, as eleições no Brasil estavam em destaque em praticamente todos os jornais e mídias digitais. Na última semana de outubro de 2019, após o resultado do segundo turno, as eleições brasileiras tornaram-se assunto nos noticiários britânicos e as pessoas que eu conhecia estavam falando sobre isso e perguntando a minha opinião. Eu não tinha resposta para a maioria das perguntas, e com

a distância e as chamadas *fake News*, ficava ainda mais difícil separar os fatos do temor sobre o que seria o novo governo.

Não pude conter os sentimentos pelo resultado das eleições do Brasil e o modo que encontrei para lidar com a situação foi acompanhar e compartilhar nas redes sociais minhas angústias através de artigos que lidavam com o tema e trocar algumas palavras de apoio com colegas e pessoas próximas que também amarguravam o processo.

Nesse contexto e por casualidade fui reposicionada como “camarada brasileira” (“*brazilian comrade*”) e “camarada Flávia. Eu havia deixado de ser a jovem do SOAS que pesquisava ativismos curdos, (como eu me apresentava). Passei a ser apresentada como “*one of us*” (uma de nós) pela fundadora e líder da organização *Peace in Kurdistan*. A extensão da minha identidade no campo também me permitiu conhecer e interagir com pessoas curdas fora do espaço da acadêmica, em diferentes esferas da vida pública.

Há pessoas do Brasil atuando no *front* de ativistas internacionais da YPG e compondo missões junto a organizações internacionais de ajuda humanitária ao Curdistão, como o Médico Sem Fronteiras. A imagem da bandeira brasileira, que viralizou como um meme na votação do referendo de independência curda do Iraque em 25 de setembro de 2017 e o grafite inaugurado em Saavedra, Argentina, com Sakine Canciz, a ambientalista hondurenha Berta Cáceres e Marielle Franco indicam tom da relação com o Brasil.

A transformação da percepção de uma identidade forjada como pesquisadora estrangeira de uma universidade inglesa para a de uma mulher brasileira, do sul global, proveniente de um país que acabara de mergulhar em um governo aliado a Donald Trump, Viktor Orban, Rodrigo Duterte, Shinzo Abe, Imran Khan e a Recep Tayyip Erdoğan, todos bastante conhecidos pela militância curda, acabou promovendo o meu acolhimento pelas pessoas no campo. Deixei de lado a performatividade institucional que formalizava uma hierarquia simbolizada pelo crachá da Universidade de Londres e fui *reposicionada* por minhas interlocutoras de pesquisa. Habilitei novamente as fotos e informações pessoais em minhas redes sociais e passei a me apresentar com a estudante brasileira que estava em Londres pesquisando ativismos curdos. Minha trajetória passara a ser compartilhada por meio do sentimento e a experiência de deslocamento (ainda que temporário) de um país com histórico de colonização.

Em dezembro de 2019 passei a receber as respostas concretas das pessoas que contribuiriam com a pesquisa, desde convites para cafés a organizações que abriram suas

portas. Em conversas informais, entrevistas semi-estruturadas e reunião com representantes das organizações, cafés, passeios e conversas eu era recebida com a mesma pergunta: “você conhece a história do Curdistão?” Ainda que respondesse positivamente, tomavam o cuidado de me explicar o que era considerado por elas como fundamental: ancestralidade mesopotâmica curda, os processos de colonização e os ataques sistemáticos perpetrados pelos governos dos Estados Turquia, Iraque, Síria e Irã e o papel da ONU e da OTAN ao longo dos séculos XX e primeiras décadas do século XXI. A explicação era sempre acompanhada do seguinte comentário: “Você sabe do que eu estou falando, você é brasileira. Se você fosse europeia não adiantaria explicar, eles não sabem o que é passar por isso e eles não têm condições de entender”. Algumas das visitas foram residenciais e eram acompanhadas por refeições, crianças, ruídos, odores e sabores próprios de dinâmicas de um espaço familiar. Outras, em espaços coletivos como cafés, universidade, sede de organização, sede do parlamento britânico etc.

O silêncio prévio das pessoas no campo havia sido pedagógico, indicava uma necessidade de reflexão sobre *posicionalidade*, aqui utilizando no modo como sugere Kimberlé Crenshaw (1989). Levando a cabo as palavras de Hazel V. Carby (1996), as mulheres não-curdas, como eu, precisavam aprender a ouvir para compreender os limites [raciais] da irmandade no feminismo. Aprender a desenvolver uma escuta qualificada, no caso, passava pela ideia de que a pessoa que iria ouvir teria que ter condições ontológicas de entender os sentidos daquilo que estava sendo dito, como se houvesse um limite da empatia e da solidariedade que passasse pelas experiências de sofrimento e de vida em contextos não privilegiados, do sul global e por questões raciais.

O meu enquadramento racial na Inglaterra, como brasileira e latina, invertera a dinâmica usual conhecida por elas, qual seja pessoas europeias brancas pesquisando imigrantes, gênero, violência e questões étnico-raciais, como lhes era familiar. Foi importante compreender o cansaço daquelas pessoas e organizações a respeito da dinâmica em que as posicionava como “objeto de estudo”, onde usualmente seriam entrevistadas por pessoas brancas, que colheriam seus dados e interrogariam sobre suas vidas e sentimentos, principalmente experiências de sofrimento, como por exemplo no caso do estudo conduzido por Kowarsch, Ann-Kristin & Kilic, Nursel. (2007) de título: “Psychological consequences of trauma experiences on the development of Kurdish migrant women in the European Union”.

Era também fundamental perceber que eu encontraria pessoas curdas em posições privilegiadas e/ou em situação de vulnerabilidade; pessoas que concluíram ensino superior e ou/docentes e/ou pessoas sem acesso à educação formal; solicitantes de refúgio, documentadas e/ou indocumentadas, que passaram por deslocamento forçado ou que migraram por razões diversas; que sofrem racismo estrutural sistemático em seus locais de origem e também no Reino Unido; pessoas que poderiam ter presenciado violações sexuais e pessoas que jamais passaram por isso; pessoas com possíveis históricos de outros tipos de violências, sobretudo psicológica; pessoas que acolhem essas pessoas por que são médicas em hospitais de Londres, pessoas com medos e fobias; com traumas, sem traumas, pessoas cis hetero, pessoas trans, membros da comunidade lgbtqia+, empregadas e/ou desempregadas; pessoas sem condições de acessar o transporte para fazer uma entrevista e/ou que oferecem carona, e que me explicam como funciona o metrô; que enfrentam situações de xenofobia, violência de gênero, racismo e demais marcadores de desigualdade social, pessoas em condições de pobreza e pessoas que ocupam posições de poder e liderança em suas respectivas áreas de trabalho e comunidade; pessoas que foram marginalizadas pela ausência de políticas públicas efetivas para seu acolhimento e/ou pessoas que tomaram para si a tarefa de contribuir para a efetividade de políticas públicas para a comunidade curda em Londres em diferentes perspectivas, por meio de formação de redes familiares e de apoio na comunidade e por via institucional, como é o caso de Nadhim Zahawi, do Partido Conservador e Feryal Clark, Labour Party, ambos eleitos em 2014 para compor o Parlamento.

Uma abordagem pouco cuidadosa poderia expor as pessoas ou colocar sua segurança, saúde física e mental em risco, como defendem as organizações que protegem mulheres médio orientais de violência de Estado e violência doméstica. Algumas perguntas poderiam trazer à tona traumas e memórias que podem produzir sofrimento, poderiam produzir a indesejada romantização e exploração da sentimentalidade alheia. Por razões éticas, humanitárias e por empatia com as eventuais trajetórias de vida daquelas pessoas, de familiares e colegas, o caminho escolhido no trabalho de campo foi o silêncio, ensinado pedagogicamente por todas elas, e que consistiu em fazer-me presente, estar junto com as pessoas e os grupos, acompanhando as atividades das organizações, trabalhando com os dados a partir dos desejos individuais de compartilhamento das histórias.

A *pedagogia do silêncio* construída pela postura das pessoas revelou novamente a importância do conceito de *posicionalidade*, minha, como pesquisadora e em relação aos espaços e a cada pessoa que participou da pesquisa. A intelectualidade curda, que são as pessoas que produzem discursos sobre o conhecimento sobre Estudos Curdos trouxe à tona a importância das abordagens interseccionais e a atenção às diferenças produzidas nas diversidades e diferenciação das experiências de diáspora, como aponta Avtar Brah (2006). Suas experiências atravessavam diversos marcadores, dos mais conhecidos pela burocracia, como o documento de identificação, até os menos conhecidos de fora da comunidade, como o fato de que uma geração inteira de pessoas curdas foi registrada como nascidas em primeiro de julho, em decorrência do reconhecimento da etnicidade curda por parte do Estado Iraquiano.

Incluindo agora a linguagem neutra de gênero em razão do reconhecimento da diversidade e da comunidade LGBTQIA+, principalmente nas comunidades curdas, é possível dizer que as Curdes são pessoas que compõem um grupo étnico que somam aproximadamente 35 milhões no Oriente Médio e em diáspora. Além da etnicidade, há outros vínculos compartilhados como as práticas religiosas, nas quais curdos podem se identificar como alevitas, shias, judeus, muçulmanes, zoroastristas, sunitas da corrente de shafi, yazidies, yarsanitas e cristãos; e falantes dos idiomas kurmacî, sorani, zaza, gorani, laki, Xwarin, identidade queer, experiências de diáspora, idiomas dos Estados nacionais constituídos no século XX, como turco, farsi e árabe.

O exercício dos idiomas, hábitos coletivos, das crenças e das sexualidades varia de acordo com a posição geográfica da comunidade, parentesco, posição social, cultural, econômica, política e religiosa das famílias, que constituem hierarquias no interior das próprias comunidades. Mesmo com esse conjunto de marcadores sociais, a ancestralidade se consagra como ponto comum e fundamental na defesa do direito de herança da terra e de sua autodeterminação, principalmente quando foi proclamado o princípio de autodeterminação dos povos originários por meio da Carta das Nações Unidas.

Maya Mikdashi (2012) define a própria noção de gênero como não sendo um estudo daquilo que se é evidente, mas uma análise do modo como foi tornado evidente. Em seguida, sugere a autora, que antes de escrever sobre gênero, sexualidade ou qualquer outra prática e aspecto ligado à subjetividade de pessoas do/no Oriente Médio, é necessário definir precisamente o objeto de estudo. A definição de país, região e período

compõe um cenário daquilo que será estudado. E os termos “Oriente Médio”, “Mundo islâmico” e “Mundo árabe” não se referem aos mesmos lugares, nem às mesmas pessoas ou às mesmas histórias, embora as conexões entre essas categorias sejam fundamentais, complementa. A ideia de *Estado* é um fenômeno relativamente recente no Oriente Médio, por isso é necessário que a pessoa que realiza o estudo esteja ciente do período Otomano e como sua história regional produziu, por exemplo, uma economia política generificada na região atualmente denominada como “Síria”.

Um estudo de gênero deve, segundo Mikdashí, necessariamente levar em conta debates sobre sexualidades, uma vez que a categoria sexualidade não pode estar desarticulada da análise de gênero. Gênero é um aspecto da individualidade e da subjetividade de determinado grupo, é também uma tecnologia de governabilidade, de produção e regulação dos laços entre corpos individuais, populações e as estruturas de poder e suas quantificações. Ainda de acordo com ela, os estudos de história da política e do direito devem levar em consideração gênero e sexo, na mesma medida em que devem estar atentos à classe, raça e economia política, o crucial é o modo como esses fatores interagem.

Não existem corpos sem gênero, assim como não existem corpos sem classe social. A desarticulação entre essas categorias reproduz falsos troncos analíticos que reasseguram o poder das práticas políticas de masculinidade normativa como “não marcadas” e/ou como universais. Essa desarticulação, segundo a autora, mascara o fato de que gênero não é uma coisa da qual as pessoas podem ser despidas, tão pouco é uma lente analítica da qual se pode desassociar da genitália e/ou das práticas sexuais. Quando o gênero é limitado ao constructo daquilo que é feminino e/ou à população LGBTQIA+ no Oriente Médio, se produz, na verdade, um estudo da categoria gênero como um estudo do modo como os “outros” homens tratam e se relacionam com suas mulheres e população LGBTQIA+, que define precisamente o conceito de orientalismo quando analisado em conjunto com as ferramentas analíticas produzidas pelos estudos de gênero e sexualidade.

A partir de agora conjugarei os verbos no mesmo tempo verbal utilizado por Maya Mikdashí em seu texto original, o imperativo. Não se trata apenas de uma expressão estilística, mas um pedido político expresso pela sutileza da linguagem utilizada por ela,

é a própria essência da *escrevivência*, como concebe Conceição Evaristo em *Becos da Memória* (2006). “Evite *tokenismo* e amplas generalizações”, pede Mikdashi. As vezes um hijab (um tipo específico de véu) é só um hijab, e as vezes não o é. Não assumam que as políticas de gênero ou as preocupações feministas sejam claras e/ou apareçam de formas explícitas e diretas por meio categorias familiares a você. Em vez disso, permita que a sua pesquisa expanda a sua perspectiva sobre o que pode ser uma “política feminista”, por exemplo: os protestos contra a reestruturação neoliberal de mercado no Egito podem ser compreendidos a partir de um enquadramento que inclui noções de justiça de gênero.

Como nos ensinou Saba Mahmood e Lila Abu Lughod, as pressuposições daquilo que os feminismos liberais entendem por “políticas feministas” ou “causas feministas” são, na melhor das hipóteses, imperfeitas. E na pior das hipóteses, exercícios de hegemonia epistemológica e violenta imaginação do mundo de acordo com parâmetros seculares e noções neoliberais de direitos. Além disso, não parta do princípio de que as críticas ao que chamamos de “cânone feminista” são exaustivas ou de que não são constitutivas de uma série de exclusões, hierarquias e histórias imperiais. Afinal, Simone de Beauvoir, que nos ensinou que não se nasce mulher, mas torna-se, também escreveu coisas que agora compreendemos como “islamofóbicas” ao falar sobre as relações das mulheres com o islã na Argélia quando o país ainda era uma colônia da França. Isso não significa que nós deveríamos dispensar Beauvoir, da mesma forma que seria muito fácil condenar Hegel ou Marx por suas “perspectivas” sobre a África, pondera a autora. O crucial, contudo, é se apropriar e admitir que em realidade os cânones ocidentais foram e são constituídos com base de noções de “selves” (“eu”, “si” no sentido do ser na construção do ego, apontamento meu) e de “outros”.

Mikdashi acrescenta que embora pareça difícil de acreditar, o islã pode não ser o fator mais importante quando se estuda gênero em países ou comunidades de maioria muçulmana. Sempre que apresento meu trabalho, meus interlocutores invariavelmente perguntam sobre a shari’a e suas formas de “opressão” das mulheres, complementa. Mais importante do que isso, o Islã não é a única religião presente na região, embora apareça com maior frequência na cobertura da mídia. Quando a agressão de um homem a uma mulher em bairros ultra ortodoxos de Jerusalém é descrito por meio da utilização de expressões radicalmente diferentes daquelas utilizadas para descrever a mesma ação em

bairros conservadores de Riyadh, é necessário fazer uma pausa e ter consciência de que não se está lendo sobre o Islã, mas um discurso sobre o Islã.

Questões relativas aos direitos de gênero e à justiça de gênero não são uma novidade no Oriente Médio, tão pouco as lutas que nós agora lemos sob a bandeira daquilo que é considerado como “feminismo”. Em realidade, boa parte das leis que são frequentemente ligadas às opressões das mulheres e das pessoas árabes e/ou muçulmanas LGBTQIA+ são relativamente novas, e foram introduzidas na região por meio do código Napoleônico e por meio do apagamento severo da Shari’a na História Moderna. O aborto, por exemplo, não era majoritariamente ilegal no mundo árabe até o surgimento do Estado-Nação. Inclusive, algumas tradições *fiqh* continuam se posicionando favoravelmente ao aborto. Além disso, pesquisas tem mostrado que há séculos juristas islâmicos estavam desenvolvendo um sistema de reconhecimento e de conformidade jurídica para pessoas hermafroditas e não-binárias em comunidades Islâmicas, afirma mencionando o estudo realizado por Paula Sanders.

Não assumo que você sabe quais atores e fatores afetam e influenciam questões de gênero no Oriente Médio, muito menos enfatize o quão produtivo é o papel que a sua pesquisa pode desempenhar nessa dinâmica. Instituições como IMF, Human Rights Watch estão profundamente engajadas na produção de heterossexualidade normativa e famílias heterossexuais, por exemplo. O assentamento de Israel sob a Palestina Histórica também intervém na fabricação da sexualidade generificada de indígenas palestinas, como nos lembram as ativistas do *pinkwatching*. Igualmente, as invasões e ocupações do Iraque e do Afeganistão se tornaram base argumentativa para a construção de plataformas intervencionistas em nome dos direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+.

Por fim, conclui a autora, outros fatores afetam as práticas de gênero e sexualidade no Oriente Médio, incluindo inovações tecnológicas como fertilização in vitro, viagra e cirurgia de reconstrução do hímen, além de cultura pop, a rápida transformação da economia global e a circulação internacional de pessoas, discursos e bens. (Mikdashi, 2012)

Conclusão

Como resultado de pesquisa deixo uma sugestão para a elaboração coletiva e pública de uma agenda de pesquisa para os temas de democracia, conflitos e políticas étnicas: é fundamental falar das políticas governabilidade que legisla sobre corpos, vestimentas, afetos, sexualidades e subjetividades em diferentes contextos e de modo interseccional. Assim como os movimentos transnacionais de solidariedade a minorias étnicas deve refletir sobre sua posição e seu papel como aliadas, é cabal ter em mais alta conta o compromisso com a ética, a empatia e a sensibilidade de compreender, como método de pesquisa, que é possível realizar pesquisas qualificadas sem interrogar e explorar o sofrimento alheio e que as pessoas podem estar vulneráveis e que o silêncio tem enorme potencial pedagógico em uma comunidade que passou décadas sendo silenciada por meio da proibição da expressão em seus idiomas próprios. Reforço a importância das conexões sul-sul para estabelecimento reflexões sobre posicionalidade nas relações de poder no trabalho de campo e nas hierarquias historicamente estabelecidas também na geopolítica da produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abu-Lughod, Lila (2001): “Orientalism and Feminist Middle East Studies”. In: *Feminist Studies*, Vol. 27, No. 1 (Spring, 2001), pp. 101-113.

Anderson, Benedict. (2008) *Comunidades imaginadas*. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: companhia das letras.

Arjun, Appadurai. Soberania Sem territorialidade. Notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos*, CEBRAP. n.49 nov. 1997. PP.33-46.

Asad, Talal. Donde están las margenes del Estado. *Cuadernos de Antropología Social* N° 27, pp. 53–62, 2008

Asad, Talal; Brown, Wendy, Butler, Judith; Mahmood, Sabah. *Is critique secular? Blasphemy, injury and free speech*. California: university of california press. 2009.

Badran, M. (2009). *Feminism in Islam: secular and religious convergences*. Oxford, England: Oneworld Publications.

Bahbha, Homi. (2010). *O local da cultura*. Minas gerais: Editora da UFMG. - - Cap. 1 (pp.43-69)

Bahri, Deepika. (2013). *Feminismo e / no pós-colonialismo*. *Estudos feministas*, 21(2),

Barlas, Asma. (2002). *Believing women in islam: unreading patriarchal interpretations of the qur’na*. Houston: University of Texas press.

Brah, Avtar. "Diferença, diversidade e diferenciação". *Cadernos pagu* (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376

Butler, Judith. *Quadros de Guerra*. Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

Campt, Tina (2011): "what's the 'trans' and where's the 'national' in transnational feminist practice? – a response". In: *Feminist Review*. pp. e130–e135.

Chatterjee, Partha. (1993). *The nation and its fragments: colonial and postcolonial histories*. Princeton: Princeton University Press.

Chaterjee, Partha. "Comunidade imaginada por quem?" In: BALAKRISHNAN, Gopal; ANDERSON, Benedict (Orgs.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

Colonial Discourses" in *Feminism Without Borders. Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham, London: Duke University. pp 17-42

Costa, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*. 2006, vol.21, n.60, pp.117-134

Crenshaw, Kimberle (1989) "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics," *University of Chicago Legal Forum*: Vol. 1989: Iss. 1, Article 8.:

Das, Veena. (2011). "O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade". *Dossiê Violência: outros olhares. Cadernos Pagu* (37), pp. 9-41

Das, Veena. (2007). *Life and words. Violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press

Dosekun, Simidele. 2015. "For Western Girls Only? Post-Feminism as Transnational Culture." *Feminist Media Studies* 15 (6): 960–975

Dryaz, Massoud Sharifi. (2011). *Women and nationalism: how women activists are changing the Kurdish conflict. The Middle East. Ph.D. students conference at SOAS. State, society, and economy in the Modern Middle East.*

El Hajjami, Aicha. (2008). "A condição das mulheres no islã: a questão da igualdade". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 30, p. 107-120.

Elphinston, W.G. (2009) [1946]. *The Kurdish question. International affairs*, 22/1, p. 91-103.

Haraway, Donna. (1995) "Saberes localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial". *Cadernos pagu* (5). pp. 07-41

Kowarsch, Ann-Kristin & Kilic, Nursel. (2007). *Psychological consequences of trauma experiences on the development of Kurdish migrant women in the European Union. Final results and background of a survey in five European countries and Turkey*. Rotterdam: International free women's foundation.

Levine, Philippa. 2000. "Orientalist Sociology and the Creation of Colonial Sexualities". In: *Feminist Review*, 65: 5-21.

Lewis, Gail (2013): "Unsafe Travel: Experiencing Intersectionality and Feminist Displacements". In: *Signs*. 38 (4), pp. 869–892. (12 pages)

Lila Abu-lughod. "As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?" reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. *Revista Estudos Feministas, UFSC*. 20(2), 256, 2012.

Lima, Cila. (2014). "Um recente movimento político-religioso: feminismo islâmico". *Revista estudos feministas, Florianópolis*, 22(2): 304, maio-agosto.

Loomba, Ania (1998): "Situating Colonial and Postcolonial Studies". In: *Colonialism/Postcolonialism*. London, New York: Routledge.

Mahmood, Saba. "Teoria Feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre revivalismo islâmico no Egito". *Etnográfica* v.10 n.1 Lisboa maio 2006

Maluf, Sônia W. & Costa, Cláudia de Lima. Feminismo fora do centro: Entrevista com Ella Shohat. *Revista Estudos Feministas*, ano 9, 1/2001, pp.147-163.

Marques, Vera Lúcia Maia. "Mulheres e muçulmanas". *Fazendo gênero 9: Diásporas, diversidades, deslocamentos*. 23 a 26 de agosto de 2010.

Mikdashy, Maya (2012): "How not to study gender in the Middle East". *Jadaliyya*, March 21, 2012;

Mojab, Shahrzad. (2001). *The solitude of the stateless: Kurdish women at the margins of feminist knowledge*. In: *Women of the non-state nation: the Kurds*. Costa Mesa: Mazda publishers, p.1-22.

Monshipouri, Mahmood. (2004). "O mundo muçulmano em uma era global: a proteção dos direitos das mulheres". *Revista contexto internacional*. Rio de Janeiro, volume 26 n°1, janeiro-junho. pp.187-217.

Öcalan, Abdullah. (2016). *Confederalismo Democrático*. Editorial Rizoma: Rio de Janeiro.

Pelúcio, Larissa. "Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. Contemporânea, UFSCAR, v.2 n.2 Jul/dez. 2012. Pp. 395-418.

Puar, Jasbir K. (2012): "'I Would Rather Be a Cyborg Than a Goddess'. *Becoming Intersectional in Assemblage Theory*". In: *philoSOPHIA*. 2 (1), pp. 49–66.

Riley, R. L.; Mohanty, C. Talpade & Pratt, M. Bruce. (2008). *Feminism and war: confronting US imperialism*. London: Zed.

Rushdie, Salman. *Oriente Ocidente*. Companhia das Letras, 2011.

Sabsay, Leticia (2012): "The Emergence of the Other Sexual Citizen: Orientalism and the Modernisation of Sexuality". In: *Citizenship Studies*. 16 (5-6), S. 605–623.

Said, Edward. *Orientalismo. O Oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Scot, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & realidade*. 20(2) jul./dez. 1995. Pp. 71-99.

Scott, Sue & Jackson, Stevi. *Gendering of Sociology In: Gender, a sociological reader*. Routledge: London e New York, 2002, pp.1-27.

Spivak, Gayatrik. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010. Pp. 85-126

Strohmeier, Martin. (2003). *Crucial images in the presentation of a Kurdish national identity: heroes and patriots, traitors, and foes*. Leiden: Brill Academic Publishers.

Yavuz, M. H. (2004). Provincial ethnic federalism in Iraq. *Middle East Policy*, 11/1, p. 126-131.

Yeğenoğlu, Meyda. (1998). *Colonial fantasies: towards a feminist reading of orientalism* Cambridge: cambridge university press

Yildiz, Kerim (2005). *The Kurds in Syria: the forgotten people*. London: Pluto Press in association with Kurdish Human Rights Project.